OS EXAMES DE PREPARATÓRIOS E A RACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO DE 1854 A 1910

<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v7i3.40189>

Fernanda Barros*

Carlos Henrique de Carvalho**

* Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão – UFG. fernandabarro32@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Uberlândia – UFU. carloshcarvalho06@yahoo.com.br

Resumo

Este texto tem como objetivo compreender a relação entre os exames preparatórios e o título de Bacharel em Ciências e Letras conferido ao aluno do ensino secundário. A relação entre os exames, o título e o ensino secundário estiveram desde 1854 até 1910 relacionadas na legislação de forma a garantir o ingresso do estudante no ensino superior. Neste texto, denomina-se este processo de racionalização, já que o objetivo primordial do secundário, desde a sua criação, a partir do Ato Adicional de 1834, seria garantir a formação do jovem brasileiro e a sua conseqüente preparação para o ensino superior. A forma de organização do ensino secundário nesse período permite perceber como os exames e a titulação destinavam aos alunos do secundário a garantia de um futuro, tanto no ensino superior quanto no serviço público. Utilizando a documentação sobre os exames como escopo para análise, balizada por autores que analisam a educação brasileira, conclui-se que o ensino secundário brasileiro, tanto no Império como nas primeiras décadas da República, fora instrumento de organização de um grupo de jovens que ocupariam os cargos públicos e/ou as profissões liberais com formação bacharelesca no ensino superior.

Palavras-chave: Império, República, centralização, descentralização.

Abstract: **The Preparatory Examinations and the high school rationalization from 1854 to 1910.** This article has the purpose to understand the relationship between the preparation exams and the sciences and letters bachelor's degree given to high school students. The relationship between the exams, the degree and the high school education from 1854 until 1910 related in the legislation in order to ensure the entry of students in higher education; that relationship we call in this paper as rationalization, since the primary purpose of the high school, since its creation from the Additional Act of 1834, was to ensure the graduation of Brazilian students and their consequent preparation for university education. The organization of high school education allows us to perceive how the exams and the degrees given to the students of higher education allowed them to have a better life and good jobs in public services or private companies. Using the documentation about the exams as scope for analysis, also used by remarkable authors who analyzed the Brazilian education, we conclude that high school in Brazil, during the Empire and the first decades of the Republic was an instrument of organization for a few group of young students that allowed them to occupy the public careers and/or professional activities that need higher education and thinking skills.

Keywords: Empire, Republic, centralization, decentralization.

Introdução

A obtenção da disciplina de Bacharel em Ciências e Letras no ensino secundário brasileiro se tornou o motivo primordial dos jovens pertencentes à elite brasileira, ou aos que aspiravam a cargos públicos, quando ingressavam nos liceus provinciais. Esta benesse, porém, não era automaticamente conseguida, pois, privilegiava apenas os alunos que destacavam no curso e/ou nos exames.

Dessa forma, os exames, aplicados por bancas oficiais, se tornariam o caminho para a seleção daqueles jovens já destacados por pertencerem a famílias abastadas ou a correligionários dessas, dando-lhes caminhos diversos após a sua classificação, propiciando que fossem formados Bacharéis ou apenas secundaristas certificados.

Instrução nas Províncias esteve ligada a todas as discussões do Império sobre proporcionar a civilidade e modernização ao Brasil. A instrução foi considerada uma peça central para se alcançar esse objetivo. Através da educação seria possível alcançar os estágios mais avançados da civilização. Dessa forma, na consolidação do Estado Imperial a legislação foi uma das principais formas de intervenção do governo sobre a população, isto é, através do poder das Leis buscou-se estruturar e implementar padrões e costumes considerados civilizados. Percebemos que a legislação não buscava apenas consagrar a situação vigente, mas, sobretudo, a Lei era educadora e manifestava um ideal a ser realizado. Contudo, é importante destacar que, por meio da legislação foi possível constatar que os conteúdos difundidos na escola além de ensinar a ler, escrever e contar tinha uma proposta que buscava inculcar nos alunos o respeito à ordem e aos costumes. Através dela também foi possível acompanhar a ampliação por instrução elementar na Província, através da criação de escolas noturnas, normais, externatos, em cadeias e profissionalizantes.

[...] O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas

sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio [...] (Le Goff, 1994, p. 547).

Nesse sentido a legislação foi o documento utilizado para esse texto. Foram estudados 36 Decretos publicados entre 1854 e 1910, nos órgãos oficiais dos governos imperiais e republicanos, a fim de que pudéssemos compreender como o ensino secundário, os exames de preparatórios e o título de Bacharel em Ciências e Letras foram organizados no sentido de selecionar apenas os alunos que obtivessem destaque para receber os diplomas.

Coligindo dados percebemos que a instrução cumpriria uma função fundamental: inserir o Império entre as nações consideradas avançadas. Instruir a população proporcionaria o rompimento com a desordem das ruas, superaria as tendências localistas, bem como proporcionaria o desenvolvimento do progresso.

[...] a formação do povo consistia, em primeiro lugar, tanto em distinguir cada um dos cidadãos futuros da massa de escravos quanto resgatá-los da barbárie. Mas não deveria deter-se aí: o abandono a que se procedia era também a retomada dos princípios diferenciadores e hierarquizados presentes na sociedade de modo que evidenciasse para cada um o papel que se lhe reservava em função da posição que ocupava (Mattos, 2004, p. 287).

Instruir a população tornava-se a forma pela qual os alunos deveriam adquirir formação ética e moral suficientes à convivência social, exemplo disso está na inclusão da disciplina *Regras de Civilidade* no currículo das escolas elementares mineiras. Buscava-se também por meio da instrução incutir em cada indivíduo a semente da virtude e a ideia de seus deveres. O estudo da Constituição Política do Império não era, pois, aleatório. Instruir assim, era uma das maneiras fundamentais de fixar características que proporcionassem o reconhecimento de seus membros, esses que comporiam a sociedade, assim como os que a ela eram estranhos.

Os dois grandes grupos políticos Imperiais – conservador e liberal – traziam propostas distintas sobre o melhor perfil de governo. Os conservadores defendiam uma monarquia centralizada, capaz de garantir condições favoráveis ao comércio agroexportador e à manutenção do poder central. Os liberais, por sua vez, propunham a autonomia político

administrativa das Províncias e independência dos três poderes. Assim, a organização institucional brasileira do século XIX esteve edificada na coexistência das práticas políticas e administrativas de centralização e descentralização.

Percebemos que a legislação educacional também configura tendências centralizadoras e descentralizadoras. Com a consolidação da centralização no início do período estudado, as Leis e Regulamentos também buscavam centralizar a estrutura administrativa e fiscal da instrução. Da mesma forma, nas últimas décadas da monarquia com a ampliação da influência dos liberais no poder, a legislação educacional buscou uma menor intervenção do Estado central, deixando também responsabilidades às Províncias, como no Decreto 1387 (1854):

Art. 83. Os exames preparatorios serão feitos perante professores publicos designados pelo Governo na Côrte, e pelo Presidente da Provincia na Capital da Bahia. Os Professores nomeados não poderão escusar-se sem motivo legitimo julgado tal pelo Governo, sob as penas do Art. 115 do Regulamento da Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte.

Segundo Ilmar Mattos o processo de centralização administrativa ocorria, pois acreditava-se que a descentralização refletia um poder fraco onde prevaleciam as paixões partidárias. O poder fraco era associado aos interesses particulares e o forte aos interesses gerais da sociedade, ou em outros termos: “O poder fraco guardava relação com a descentralização, política e administrativa; o poder forte estava relacionado à centralização, e tinha no Governo do Estado o seu instrumento natural” (Mattos, 2004). Porém, nos anos finais do Império com a ampliação da influência dos liberais no poder, a legislação acentuou o processo de descentralizar, bem como os mecanismos administrativos e fiscais da instrução, tentando limitar a intervenção do Estado em determinados serviços. Contudo, apesar do alargamento de opções de exames, o controle do Estado na obtenção do diploma de Bacharel em Ciências e Letras fica evidentes como no exemplo a seguir, do Decreto n. 9.311 (1884):

Art. 373. São validos para a matricula os exames de preparatorios prestados nas

Faculdades de Direito e na de Medicina da Bahia, na Escola Polytechnica, na Militar, na de Marinha e na de Minas de Ouro Preto, no Imperial Collegio de Pedro II, e nas mesas de exames da Inspectoria Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte e das suas Delegacias nas capitaes das Provincias. Exceptuam-se, porém, os exames que na Escola Militar e na de Marinha não tiverem sido feitos segundo programma que comprehenda toda a materia exigida para a matricula nas Faculdades de Medicina. O Governo declarará quaes os exames incluidos nesta excepção.

No texto fica clara a ordenação do Estado em relação à organização do Estado de forma efusiva no que diz respeito à escolha de exceções, ou seja, a decisão seria sempre dele.

Fato que chamou a atenção ao longo do período estudado refere-se ao grande número de Decretos publicados. Essa legislação pode ser uma das explicações para as dificuldades da materialização da regra legal. A alta rotatividade da principal autoridade (Presidentes das Províncias) pode ser apontando como uma das razões para o malogro das políticas educacionais nas Províncias. A mudança no cargo da presidência ainda acarretava na instabilidade dos cargos e funções administrativas, sempre sujeitas a demissões e transferências de seus ocupantes. Ainda segundo Mattos (2004), havia um outro mal que prejudicava as Províncias: a entrega do cargo a elementos estranhos à região que iria administrar. Esses presidentes quase sempre desconheciam as reais necessidades das localidades que administravam e, na maior parte, ocupavam a presidência visando uma carreira política na Corte.

A não separação entre público e privado é bem clara na subvenção dada pelos cofres públicos às escolas privadas das Províncias. As escolas particulares de maior destaque recebiam auxílios do governo imperial para se manterem. Em troca deveriam receber determinado número de alunos pobres na escola. Esses auxílios podem ser entendidos a partir de duas perspectivas. A primeira nos possibilita afirmar que a subvenção reflete as lacunas da escola pública, ou seja, as escolas privadas eram auxiliadas para atender aos alunos que não tinham escola pública em suas regiões. A segunda, por sua vez, possibilita pensar sobre as dificuldades de separar o dinheiro público do privado, uma vez que muitas escolas públicas eram fechadas por falta de verbas, mas os

auxílios às escolas privadas eram mantidos. Dessa forma, recursos que poderiam estar sendo aplicados nas escolas públicas da Província eram “desviados” para instituições privadas. Mas, educar o povo tinha suas limitações. A instrução primária se destinava à população livre pobre e a secundária aos mais abastados da Província.

A instrução elementar buscava uniformizar a população livre, bem como inculcar nos alunos regras e costumes considerados importantes. Já na instrução secundária se forjariam os futuros cidadãos ativos. Assim, a ampliação da instrução tinha por objetivo forjar cidadãos ativos e manter a distinção entre a população livre pobre e a boa sociedade. Isto é, diferenciar aqueles que eram súditos e os que eram cidadãos no Império.

No início da República, final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o debate sobre a educação ganhou importância e os projetos de reforma de ensino passaram a ser vistos como algo essencial, para modernizar a sociedade. Na perspectiva de promover transformações sociais, políticas e econômicas e modernizar o estado, pela educação, várias reformas educacionais foram instituídas. Na implantação das reformas, o governo teve que enfrentar grandes desafios, que se constituíram em obstáculos para promover a educação e consolidar a República. Todavia, diante dos ideais dos republicanos, os ânimos não se arrefeceram; sob o argumento de recompor o país e equipará-lo aos países civilizados e modernos, várias iniciativas ocorreram, para reorganizar a instrução pública. Nesse processo, as questões administrativas, pedagógicas, o serviço de inspeção técnica do ensino e o trabalho dos inspetores e demais professores e lentes, foram considerados essenciais, como se observa no Decreto n. 1.194 (1892):

Art. 122. Até 1895, inclusive, serão prestados, logo após os exames finais do Gymnasio Nacional, os exames de preparatórios exigidos aos alunos de estabelecimentos particulares para a matrícula em cursos superiores, perante comissões organizadas pelo director e constituídas por lentes do mesmo Gymnasio.

Para Faria Filho (2000), no final do século XIX, Rui Barbosa¹, por meio de pareceres² sobre

a educação, advertiu sobre a necessidade da construção de um projeto nacional de formação e propôs reformar todo o sistema de instrução no país, sinalizando para a importância de transformá-lo em um sistema nacional de ensino centralizado, padronizado, funcionando com coerência e organicidade, assumindo uma expressão moderna.

O Secundário como projeto Imperial

No Brasil do século XIX havia no ensino secundário, tanto na Corte, na cidade do Rio de Janeiro, quanto nas outras Províncias uma situação de abandono e tentativas de iniciar atividades dessa modalidade; algumas com uma situação análoga à capital, outras ainda mais carentes. Contudo, tanto a Constituição de 1824, quanto o Ato Adicional de 1834, foram omissos e não possibilitaram progressos na educação dos jovens brasileiros.

Nas discussões da Assembleia Constituinte de 1823 e na posterior outorga da Carta Magna de 1824, não estiveram presentes ações legítimas na construção de um plano de ensino para o Brasil. No seu título 8º, a Carta Magna diz:

província baiana. Como parlamentar, envolveu-se primeiramente com o projeto de reforma eleitoral, posteriormente com o parecer sobre educação e, finalmente, com a discussão da Lei do Sexagenário. Fora da Câmara, dedicou-se à advocacia, à imprensa e publicou a tradução de *Lições de coisas*, do educador Norman Allison Calkins, em 1886. Após a Proclamação da República se tornou Ministro das Finanças e vice-presidente da República, de novembro de 1889 a janeiro de 1891. Com a agitação no país em 1893, procurou abrigo no Chile, depois se fixou na Argentina. Mudou-se para Portugal, depois se estabeleceu em Londres. Em 1895 retornou ao Brasil. Em 1896 reeleveu-se senador pela Bahia. Em 1907 foi convidado para ser o representante brasileiro na Segunda Conferência da paz em Haia. Faleceu em março de 1923 (Machado, 2002).

² Em 28 de junho de 1880, Franklin Dória foi nomeado governador de Pernambuco e substituído por Rui Barbosa que então foi eleito para a Comissão de Instrução Pública na Câmara dos Deputados e nomeado relator. O Decreto nº 7.247 já se encontrava nessa comissão para ser dado parecer. O primeiro parecer sobre a “Reforma do ensino secundário e superior”, de 13 de abril de 1882, e o parecer sobre a “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”, de 12 de setembro de 1883, onde recomendava criar um sistema nacional de educação e propunha uma reforma completa do sistema de ensino (Machado, 2002).

¹Rui Barbosa nasceu em 5 de novembro de 1849, na cidade de Salvador, Bahia. [...] Em 1866 cursou a faculdade de Direito de Recife. Transferiu-se para São Paulo em 1868. [...] E 1878 elegeu-se deputado na

“XXXII – a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos; XXXIII – Colégios e universidades onde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas Artes e Letras” (Constituição, 1824).

O Ato Adicional de 1834, Lei n. 16 (1834), estabeleceu responsabilidades aos governos provinciais em relação ao ensino secundário, o que ocasionou a junção das cadeiras avulsas, criadas pela Reforma Pombalina.

Art. 10 - Compete às mesmas Assembléias legislar: [...] § 2 - Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral.

Nesse momento o ensino secundário ganhou espaço nas discussões políticas. A partir da publicação do Ato Adicional, o que antes eram apenas aulas avulsas, começaram a ganhar formato seriado. A principal ação da Corte, portanto, foi a abertura do Colégio Pedro II, como instituição modelo, a ser seguida por todas as Províncias que se dedicassem a abrir estabelecimentos de ensino secundário.

Às vésperas da criação do Colégio Pedro II, em 1837, cifrava-se ainda o ensino público secundário da Capital do Império nas mesmas aulas avulsas do tempo colonial. Em 1833, as dez ‘aulas menores’ existentes no Município da Corte (Latim 3, Geometria, Filosofia, Retórica, Grego, Francês, Inglês e Comércio, vagas uma aula de Latim e a aula de Geometria), eram frequentadas por 243 alunos, dos quais 78 matriculavam-se na aula do Comércio (Haidar, 2008).

Após a criação do Colégio Pedro II, as províncias se organizaram à sua maneira. O ensino secundário desarticulado do primário, tanto os liceus ou as aulas isoladas, como os cursos de preparatórios eram passagem para o ingresso no superior. “[...] eram em larga medida, cursos justapostos, organizações paralelas, que se diferenciavam à base do nível social das respectivas clientelas e da finalidade social a que obedecia a sua formação educativa [...]” (Haidar, 2008).

Em várias províncias as aulas isoladas foram reunidas e chamadas de Liceus, Ateneus ou Ginásios; as primeiras ações foram no Rio Grande do Norte, em 1835, na Bahia e na Paraíba em 1836 (Haidar, 2008). Contudo, estas

iniciativas se tornaram isoladas e não se intitularam como um modelo de criação de um sistema de ensino secundário no Brasil. E mesmo com a criação de uma escola que serviria de modelo, o Colégio Pedro II, esse grau de ensino não se organizou a contento.

A criação do Colégio de Pedro II em 1837, uma ação imperial para gerir um ensino secundário brasileiro que seria capaz de formar os jovens de 11 a 18 anos e, lhes oferecer embasamento para o ingresso futuro em cursos superiores, no Brasil ou na Europa. Ir para as universidades europeias era prática comum entre os mais abastados. Após a criação do Colégio, as Províncias, de acordo com o Ato Adicional de 1834, interessam-se na criação de instituições de nível secundário copiando o modelo proposto na Corte, para oferecer ensino aos jovens, filhos das famílias afortunadas de suas regiões.

Importante observar que a partir do Ato Adicional de 1834, os ensinos secundário e primário no Brasil, continuaram desmembrados pois, não existia na legislação qualquer ação que ligasse esses níveis de ensino. “[...] Em geral, o ensino secundário [...] funcionava como uma ponte de passagem, momento de preparação para os exames de ingresso nos cursos superiores do Império[...]” (Gondra & Schueler, 2008). De acordo com essa omissão da política educacional do século XIX é possível entender por qual motivo o Colégio Pedro II foi usado como a chancela em um modelo humanista de ensino que seria responsável pela formação da elite e da intelectualidade brasileira.

Por todo o século XIX, o secundário foi organizado pelas Províncias seguindo como ideal a ser alcançado, o Colégio Pedro II. A prerrogativa maior, conferida pela instituição, era o grau de Bacharel em Ciências e Letras, que era alcançado após o cumprimento de todas as matérias do curso, aferidas em exames e, em seção solene, com o juramento do estudante, conforme Decreto n. 332 (1843):

Art. 5º Logo depois o bacharelado, pondo-se de joelhos, prestará sobre os Santos Evangelhos o seguinte juramento: Juro respeitar e defender constantemente as instituições patrias: concorrer, quanto me fôr possível, para a prosperidade do Imperio: e satisfazer com lealdade as obrigações, que me forem incumbidas.

A seção solene, descrita com detalhes no Decreto n. 332 (1843), era um momento de

coroação do estudante que seria destaque na sociedade por obter tal título. A proeminência do Bacharel na sociedade ocidental é notoriamente requerida pela elite brasileira e, não se limitava aos alunos da Corte, mas a todos aqueles habitantes das Províncias que cursavam o secundário em suas localidades e, ao término do curso, iam ao Pedro II para a realização dos exames finais e a consequente obtenção do título. Não era apenas o status de bacharel que atraía o público de jovens da elite aos liceus provinciais e ao Colégio Pedro II, mas mormente o fato de que os exames preparatórios aos cursos superiores brasileiros, exíguas oportunidades, não seriam obstáculos aos bacharéis, que por consequência, seriam dispensados dos exames pela obtenção do bacharelado.

A dispensa é registrada a partir da Reforma Couto Ferraz, pelo Decreto n. 1.331A (1854) e nas regulamentações seguintes, por todo o Império. O texto da prescrição estabelece em seu Art. 122, a seguinte determinação:

Art. 112. Os discípulos das aulas e estabelecimentos particulares de instrução secundaria serão admitidos todos os annos no mez de Novembro, a exames publicos por escripto das matérias que são requeridas como preparatorios para a admissão nos cursos de estudos superiores. Os alunos que nelles se distinguirem terão os seguintes prêmios, que serão graduados naquelas instrucções:
 1º isenção de direitos de matricula no Collegio de Pedro II para tomar o grão de Bacharel, querendo-o.
 2º A mesma isenção nas Academias de ensino superior.
 3º Preferencia de admissão no dito Collegio como repetidores.

O título de bacharel, portanto, seria um diferencial aos alunos que frequentassem o Colégio Pedro II, escolas equiparadas a esse e, que obtivessem distinção nos exames finais feitos sob bancas instaladas na Corte e nas capitais das Províncias. A distinção era equivalente à aprovação com nota 10, critério adotado desde a Reforma de Couto Ferraz e que prevalece em toda a legislação seguinte que reforça a forma de obtenção do título apenas àqueles alunos que se destacassem nos estudos. Reforça-se, assim, o limite de obtenção do título apenas àqueles alunos que tivessem condições de

estudos garantidas, entre outras, pelas condições sociais desses alunos³.

Aos que não se titulassem bacharéis era oportunizado os exames preparatórios a serem realizados uma vez ao ano, conforme Decreto n. 1.601 (1855) e demais regulamentos e decretos que foram expedidos e reformulados por todo o Império, concedendo a alunos de diversas instituições, condições de prestarem os exames que lhes daria direito à matrícula nos cursos superiores.

Os cursos a que nos referimos, no Brasil, eram os de Medicina e o de Direito. Os estatutos dessas escolas apresentavam entre as condições de matrícula os exames de admissão feitos pela própria Faculdade ou, Diploma de Bacharel em letras do Colégio Pedro II ou, o título de aprovação nos preparatórios a que se referem o Art. 112 citado.⁴ Em todos os estatutos das Faculdades de Medicina e de Direito no século XIX brasileiro, há um título sobre a matrícula e as opções são, à primeira vista, variadas. Contudo, com a realidade social do país, e as condições de ingresso e permanência no ensino secundário há de ser constatar que a forma de matrícula não alcançava grande número de alunos, o que pode ser observado estatísticas educacionais do período.

No Relatório do Ministro dos Negocios do Império de 1871 (1872), há a informação de 1.410 alunos matriculados nas Faculdades de Direito do Recife (348) e São Paulo (194), nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro, em cursos médico (467), farmacêutico (114) e obstetrício (2) e, na Faculdade de Medicina da Bahia, em curso médico (215) e farmacêutico (70). Um número significativo de alunos, contudo, ínfimo em relação à população livre do período que somava 8.419.672 habitantes.

Para chegar à matrícula os alunos precisavam passar pelos exames de preparatórios, que eram feitos para o aluno que frequentava as aulas avulsas ou mesmo os cursos seriados esparsos no Império e, que não se titulava Bacharel. O título, 'um prêmio aos alunos aprofundados com distinção', além de distinguir os jovens cidadãos, dava condições de destaque em aspectos diversos. A matrícula ao

³Sobre a elite e o ensino secundário conferir: Barros (2006), (2017) e Dalabrida (2001).

⁴ Cf. Decreto n. 1387 (1854); Decreto n. 1601 (1855) – reformula o Art. 112 do Decreto n. 1331A (1854); Decreto n. 1216 (1864) – instruções sobre os preparatórios; Decreto n. 4430 (1869) – reformula o Art. 112 do Decreto n. 1331A (1854).

curso superior dirigia-se aos distintos, não simplesmente a quem estivesse no secundário, mas àquele que se destacava nos complexos exames orais e escritos de *preparatorios ou finnaes*.

Os primeiros, organizados pelo Inspetor Geral da Instrução Pública da Côrte, até os anos de 1870 e destinavam-se aos alunos que desejassem obter o grau de bacharel e/ou matricular-se no ensino superior. Esse aluno poderia ter frequentado aulas avulsas ou isoladas, o Colégio Pedro II ou escolas particulares. E o exame como observado no Art. 112, não tinha apenas uma vantagem, mas, três.

Através da leitura da legislação que foi publicada sobre os exames de preparatórios no Império podemos fazer apontamentos sobre como o secundário racionalizou o destino dos seus estudantes, através desses exames e como a centralização das decisões sobre as ações limitava as oportunidades de acesso aos jovens aspirantes a uma carreira balizada pelo título de bacharel em ciências e letras.

A primeira observação importante é sobre os diversos tipos de exames que o secundário exigia. Havia em primeiro lugar o exame de admissão ao secundário, exigido pelo Colégio Pedro II, as escolas equiparadas e todos os outros tipos de escolas secundárias no Império. Esses exames pediam conhecimentos básicos de língua portuguesa, língua latina e matemáticas. Contudo, apenas a língua portuguesa e matemática eram estudadas na escola primária, o que dava aos alunos de classes comuns um distanciamento latente do ensino secundário pela falta de conhecimentos de latim, obtido em aulas particulares, escassas e caras.

Os outros exames sedavam durante o curso secundário, chamados de exames de promoção, parciais e/ou parcelados⁵, eram feitos ao final de cada ano e de cada uma das matérias daquele ano. Esses exames regulamentados no Colégio Pedro II, também eram feitos em todas as escolas e/ou aulas avulsas do Império, por conta de certificar os alunos que concluíssem seus estudos de determinada matéria. Cabe observar que a utilidade primordial desses exames era a de dar ao aluno condições de continuar seus estudos, tanto no seu local de origem quanto em localidades outras que lhe fossem de escolha.

Os chamados *exames finnaes* surgiram no texto Decreto n. 4.468 (1870) que alterou o

regulamento do Pedro II. Esse decreto modificou apenas alguns aspectos do regulamento anterior, contudo, o exame final era exclusividade do aluno do Pedro II, ou que havia cursado todas as matérias em outras instituições provinciais. Esses exames, a partir desse momento, funcionam como filtro a alunos das Províncias, pois como já é sabido, havia uma pequena quantidade de instituições provinciais equiparadas⁶ nas Províncias. Nesse caso, o título de bacharel se distanciava dos alunos menos abastados e/ou desprovidos de condições diversas para a realização desses exames finais.

Essa nova nomenclatura muda de forma sensível à condição do aluno que se candidataria ao ensino superior, pois, para ser apto ao exame final do Colégio Pedro II, o aluno deveria ter sido aprovado em todos os exames de promoção das matérias exigidas, o que dificultou ainda mais a vida de estudantes de Províncias em que curso secundário ainda não se adaptara ao modelo imperial. Essa condição elitizava ainda mais o secundário e distanciava jovens de classe média do diploma de Bacharel que traria tantas vantagens e status.

Os exames de preparatórios que eram, antes de 1870, feitos tanto no Colégio Pedro II quanto nas Faculdades, passaram a partir desse ano a serem feitos de forma difusa pelo Brasil e, as matérias cobradas eram as mesmas desde 1854: latim, francês, inglês e suas literaturas, retórica, filosofia, história, geografia e matemática.

Portanto, a partir de 1870 temos vários tipos de exames realizados na Corte e nas Províncias, mas, apenas um deles tinha a função de conceder direito à matrícula nos cursos superiores, os exames de preparatórios.

Os benefícios dos preparatórios só se estenderam às Províncias que não possuíam faculdades no ano de 1873, em que o Decreto n. 5.429 (1873) diz:

Attendendo á necessidade de desenvolver o ensino secundario nas Provincias onde não ha Faculdades, e facilitar aos estudantes os meios de fazerem os respectivos exames, Hei por bem Decretar:

Art. 1º Os exames geraes de preparatorios, para os cursos superiores do Imperio, que

⁵ Nomenclaturas usadas para se referir ao mesmo tipo de exame, aquele feito ao final do estudo de cada matéria.

⁶ A equiparação era uma possibilidade que se dava às instituições provinciais de igualarem-se ao Colégio Pedro II em aspectos curriculares e organizacionais, possibilitando que os exames fossem feitos e registrados em suas próprias dependências.

actualmente se fazem no Município da Côrte e nas Capitais das Províncias de S. Paulo, Bahia e Pernambuco, se verificarão igualmente nas das outras Províncias, excepto a do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, há a partir de 1870 uma diferenciação entre os bacharéis em Ciências e Letras e os concluintes do ensino secundário, pois o título seria útil a outros destinos. Segundo o imaginário imperial sobre o ensino das elites, o diploma era a coroação da obtenção do saber:

Para as pessoas sensatas, o ensino é, sem contestação, do ponto de vista da instrução, porque só ele produz os benefícios intelectuais, o verdadeiro fim do estudo; somente, do ponto de vista prático, é que o exame é importante, porque é ele que confere um título. Pode ser que um homem possua o saber, sem o diploma; mas, neste caso, uma imensa maioria negará sua ciência e isto será para ele como se ela não existisse; e se ele desejar fazer uso será muitas vezes considerado como um intruso. Se outro, pelo contrário, possui o diploma sem o saber, caso muito mais frequente que o primeiro, recolherá todos os benefícios da ciência (Almeida, 1989, p. 108).

Ao fim do Império e com as sucessivas reformas nos exames assinalamos a manutenção do caráter propedêutico do ensino secundário e da sua função de destinar os alunos a carreiras mais elitistas dentro da sociedade.

A República e o Ensino Secundário

A República, contudo, tratou de reorganizar a educação brasileira em novos moldes, uma das ações simbólicas foi mudar o nome do Colégio Pedro II para Ginásio Nacional, denominação que não teve aceitação e logo deixou de ser vista na documentação oficial.

A educação a partir da Proclamação da República reforçou o dualismo que se estabeleceu no Império, quando o ensino primário se desvinculava do secundário por questões sociais, econômicas e culturais. O governo central, de acordo com a Constituição (1891), seria responsável pelo ensino secundário e superior nos Estados e no Distrito Federal. Os ensinos primários e profissionais não são contemplados no documento. Portanto, ficam à mercê de quem tivesse interesse em abrir escolas e a iniciativa particular foi quem melhor se

beneficiou dessa abertura. Oficializou-se, neste contexto, o afastamento da classe dominante e do povo através da educação. O ensino secundário e superior seriam os responsáveis pela formação da jovem elite brasileira, enquanto os ensinos primário e profissional se encarregariam de educar os trabalhadores: “A educação prática e profissional do nosso povo será, além do mais, o melhor incentivo para a nossa educação moral e cívica” (Carneiro Leão, 1917, p. 30).

O ensino que foi organizado nos primeiros momentos da República no Brasil se tornaram primordiais para a elitização das classes dominantes. Esse modelo serviria aos filhos da elite de forma bastante diferente da forma que os filhos do povo, pois, isso determinaria quem iria ocupar os cargos públicos, as posições de destaque na sociedade e os empregos comuns, braçais, que não permitiam acesso ou sucesso social e a uma vida de qualidade, conquistada pela educação.

Toda a organização educacional do período respondeu às expectativas dos republicanos em formar uma classe pensante e uma classe trabalhadora. A classe pensante seria formada pelo pequeno número de pessoas que teriam o poder político nas mãos, os filhos dos que já dominavam e continuariam dominando. A classe trabalhadora teria as escolas de primeiras letras, montadas aqui e ali por alguns Estados, sem centralização alguma de suas normas, ou sob-responsabilidade particular, principalmente das instituições religiosas estrangeiras, que cobravam caro pelo ensino.

Durante as primeiras décadas do século XX, o lema era exterminar o analfabetismo e disseminar a instrução primária entre a população que ainda se encontrava inculta e analfabeta.

Não se pode esquecer que à campanha para a debelação de analfabetismo, ou para o desenvolvimento da escola primária, associavam-se preocupações em nacionalizar esse tipo de ensino, no duplo sentido de transformá-lo em formador do espírito de brasilidade e em baluarte contra a escola estrangeira e a estrangeirização em geral (Nagle, 2001, p. 177).

Os esforços dos educadores e de alguns políticos aconteceram por longo tempo de forma isolada nos Estados da União. Citemos por exemplo a reforma da instrução paulista de 1920, realizada por Sampaio Dória e também a I

Conferência Interestadual de Ensino Primário em 1921 onde nem todos os Estados compareceram e as decisões ali tomadas não foram efetivadas totalmente.

Em torno de um ideal republicano federalista, a Constituição Federal garantiu que a elite política de cada lugar ficasse a cargo dos estados: “Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração” (Constituição, 1891). A descentralização do poder conferiu aos entes federados maior autonomia “legislativa no contexto de uma assimetria de categorias econômicas, sociais, políticas e militares” (Ferreira, 2006), mas também, na organização da instrução pública. Ficou a cargo de cada estado legislar e organizar a instrução pública primária e profissional, nos limites de suas fronteiras. A omissão do estado brasileiro, na questão da educação, pode ser percebida na Constituição Federal (1891), quando se referiu à educação, no artigo 35, de maneira muito generalizada e vaga:

2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais; 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.

A Constituição não incorporou as ideias e os princípios que haviam sido discutidos até então⁷. Manteve a descentralização advinda do Ato Adicional de 1834, de base liberal, com ensino elementar aos cuidados de cada estado, excetuando as escolas primárias do Distrito Federal. Persistiu assim o sistema dual implantado com o Ato Adicional de 1834, segundo o qual a União cuidaria da escola secundária e superior, bem como da escola, em seus vários graus no Distrito Federal, enquanto os Estados zelariam, privativamente, pelo ensino primário e técnico profissional.

Por conta da descentralização e da autonomia concedida aos estados, Minas Gerais, o estado que tinha o maior índice populacional do país, no final do século XIX até as três primeiras décadas da República, na tentativa de

“promover transformações em sua estrutura econômica, visando a um melhor posicionamento tanto na produção e fruição da riqueza como na participação das decisões na esfera política” (Carvalho, 2012, p. 11), logo após a promulgação da Constituição Federal, publicou a Constituição, em 15 de junho de 1891 e em 3 de agosto de 1892, decretou uma ampla reforma educacional.

O objetivo era difundir escolas, não importa a origem, assim a educação, “não conseguiu aplinar as contradições sociais, políticas e econômicas” (Carvalho, 2012) As reformas educacionais, embora apontassem mudanças, reproduziram e mantiveram as desigualdades sociais “ao legitimar os preceitos políticos firmados em nome do desenvolvimento e ao manterem as causas educacionais – uma demanda social – no campo político e econômico” (Carvalho, 2012), colocando-as “a serviço do poder” (Carvalho, 2012) e utilizando-as “para sustentar a ordem e o progresso que a elite dirigente almejava” (Carvalho, 2012, p. 11).

Para sustentar a ordem, produzir o progresso e homogeneizar a cultura, as Constituições federais estabeleceram a gratuidade e obrigatoriedade para o ensino primário, entretanto, esses direitos não se evidenciaram e nem foram aplicados efetivamente, tendo em vista que o índice de analfabetismo da população brasileira se manteve alto ao longo das três primeiras décadas da República, de 85,21%, em 1890, passou para 75,54%, em 1920, ficando em 55,97% em 1940, conforme dados extraídos dos recenseamentos realizados pelo IBGE.

Quanto às regulamentações gerais para o ensino secundário, a Reforma Benjamin Constant pelo Decreto n. 981 (1890) foi a decisão que prevaleceu até 1911, ano que nova reforma foi instituída. Neste ínterim, o ensino secundário se manteve como propedêutico e sobretudo como um curso destinado às elites e, o título de bacharel se limitou a uma parcela reduzida de jovens que se distinguiam nos exames finais, que foram nomeados como exames de madureza.

O novo exame teria como objetivo “[...] verificar se o aluno tem a cultura intelectual necessária” Decreto n. 981 (1890) e só poderiam ser admitidos alunos do Pedro II, agora Ginásio Nacional. Aos estados, onde havia instituições equiparadas as resoluções seriam as mesmas, em caso contrário, os exames para os estudantes das instituições que não fossem equiparadas seriam

⁷Antes, em 1879, Leôncio de Carvalho, ministro do Império editou uma reforma de ensino em que adotou o sistema de ensino livre e dispunha os célebres pareceres de Rui Barbosa, os quais não foram considerados na época e nem retomados nessa Constituição (Cury, Horta & Fávero, 2001, p. 9).

apenas os exames finais, de verificação de conhecimento. O título de bacharel agora se restringira mais.

Art. 38. A aprovação no exame de madureza do Gymnasio Nacional dará direito à matrícula em qualquer dos cursos superiores de caráter federal na República; ao candidato, que nelle obtiver pelo menos dous terços de notas – plenamente – será conferido o título de Bacharel em sciencias e letras.

Nesse sentido, de descentralização do ensino e de racionalização do secundário, os Estados ficaram responsáveis por organizar suas instituições e aos alunos, o embaraço de não ter seus estudos reconhecidos a ponto de serem aceitos no ensino superior. Como medida emergencial e de forma tradicional, os exames preparatórios continuaram a ser realizados nos Estados sob a tutela do governo central, mas, custeados pelos Estados, conforme Decreto n. 668 (1891):

Art. 1. São válidos, para a matrícula nos cursos de ensino superior, os exames preparatórios a que, nos meses de dezembro e janeiro próximos futuros, se proceder nos Institutos officiaes de ensino secundário nos Estados, onde não existirem cursos anexos ás Faculdades, de accordo com os programas do Gymnasio Nacional e de conformidade com as intrucções que baixam com este decreto; correndo as despesas com as mesas examinadoras por conta dos cofres estaduais.

Há novas legislações que reproduzem a mesma realidade do Império, exames nas instituições oficiais, ou seja, aquelas equiparadas ao Gymnasio Nacional, que davam certificação de conclusão no secundário e/ou título de bacharel. Essa certificação seria suficiente para as matrículas nos cursos superiores como se pode constatar nos estatutos das Faculdades de Medicina e de Direito.

E ainda prevalecem os exames preparatórios, que seriam a oportunidade de certificação para alunos de escolas de ensino secundário estaduais que ainda não se oficializaram. Porém, existia uma categoria de alunos, que sempre fizeram parte da realidade social brasileira. O aluno das famílias mais abastadas que possuíam preceptores particulares.

A esses estudantes os exames preparatórios seriam a legitimação dos seus saberes adquiridos

da forma que fosse, em bancas anuais, com o fim de certificar os estudos secundários e possibilitar o acesso ao ensino superior, como podemos verificar com o Decreto n. 2.857 (1898), que diz em seu Art. 198:

Haverá exames de madureza em todas as cidades ou povoados da república em que existirem cursos de ensino superior federaes ou estadoaes e particulares, e que aos primeiros tenham sido equiparados na conformidade dos Arts. 309, 311 e 317 do Código de Ensino.

Nos decretos e regulamentos que se seguem pela década seguinte, o que há são alterações de forma e conteúdo sobre os exames, mas, não o público e, tampouco sobre os seus objetivos. Objetivos claros quando à sua finalidade, propiciar a matrícula nos cursos superiores.

A partir de 1895, a certidão dos exames preparatórios, que antes eram expedidas pelo encarregado do governo central, passa a ser emitidas no Lyceu estadual, em cada capital e posteriormente publicados no Diário Oficial da União. Portanto, é possível encontrar a relação de aprovados nesses exames por todo o período em que foram aplicados.

Mesmo sendo os exames de preparatórios vistos pelas autoridades como exceção ao regime seriado que se instalara nas instituições de ensino secundário do Reio de Janeiro e demais capitais estaduais, o que se nota, tanto na legislação, quanto na quantidade de alunos aprovados, é que uma extensa maioria de alunos, principalmente os residentes em outros estados, que não o da capital federal, tinham que se submeter a esses exames, em caso de pretenderem o curso superior⁸.

Sem alterações significativas na estrutura do ensino secundário no que se refere aos certificados e títulos, nas duas primeiras décadas, a República se viu compelida a preservar a tradição das bancas de exames, a ponto de em 1901, com o Decreto n. 3.914 (1901) e Decreto n. 4.247(1901), regulamentá-los com extensão nacional e sem limite de datas e, separá-los definitivamente das instituições regulares de ensino secundário. Faz-se assim, um sistema paralelo de aprovação ao ensino superior,

⁸Não é objeto do texto a leitura minuciosa dos documentos que constam a relação de alunos que se matricularam aos exames de preparatórios e/ou que foram aprovados.

independentemente do local onde o aluno fizera seus estudos.

Ao ensino secundário republicano destinam-se os jovens moços, filhos da oligarquia que prevalecia no poder ou que o evidenciava como situação futura e, sobretudo o ensino dos sábios e futuros gestores da nova nação.

Considerações finais

A instrução secundária segue uma linha semelhante dos debates sobre instrução primária no período em análise. Poucas alterações foram realizadas no período em estudo, pois o que se altera não é suficiente para mudanças estruturais. O que se observa em relação à criação de instituições é uma repetição de decretos provinciais para a criação de novas instituições. Nesse sentido o que se observa na segunda parte do século XIX é um grande número de cadeiras avulsas, funcionando no mesmo modelo das aulas, criadas por Marquês de Pombal. Mudanças sutis são observadas ao analisarmos a legislação referente aos exames que seriam os responsáveis em conferir o grau de Bacharel em Ciências e Letras. Essa é a mudança que confere uma diferenciação a mais entre os alunos que ingressaram no ensino secundário.

Era um requisito para o curso, que os alunos fossem homens, brancos em sua grande maioria e, sobretudo que fizessem parte de classes mais privilegiadas dentro do seu grupo social. Isso já seria o suficiente para ser classificado como parte de elite. Contudo, a diferenciação que os exames vão desenvolvendo ao longo do período de 1854 a 1910, nos possibilita a afirmação de que nesse momento eram separados os alunos comuns dos alunos que obtinham distinção nos exames. Essa distinção era premiada com o título de bacharel, com a entrada imediata em cursos superiores e também em cargos públicos. O serviço público era um dos objetivos de alunos secundaristas (Carvalho, 2012).

A reestruturação dos exames que tiveram nomes como preparatórios, parcelados, madureza e/ou finais, tornaram-se necessárias para a manutenção da ordem a que se destinava o secundário, a formação geral, propedêutica de uma classe social privilegiadas que seriam os novos dirigentes do país, ocupando cargos em profissões liberais, em cargos públicos e políticos. No período em análise foi identificada a legislação que prescreve o apoio a esse sistema burocrático ao qual o ensino e suas estruturas estavam dependentes. Todos os órgãos, mesas

fiscalizadoras, organização de registro dos exames eram criados e [re]inventados para criar uma ordem burocrática ao ensino secundário.

Todas as fontes consultadas nos possibilitaram a compreensão sobre o do discurso do momento que se propunha formar um jovem atuante na sociedade, e, sobretudo, nas posições de poder. Nessa organização, os concluintes do ensino secundário encontrariam um lugar reservado na sociedade, pois, ocupariam cargos destinados à classe dominante e seus correligionários, mantendo no poder as oligarquias locais, e, sobretudo o domínio político dos grupos provinciais, situação que é vista até o fim da Primeira República.

Referências

Almeida, J. R. P. (1989). *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP.

Barros, F. (2006). *Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1930*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.

Barros. (2017). *O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais 1906-1960*. Jundiá, SP: Paco.

Carneiro Leão, A. (1917). *O Brasil e a educação popular*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio.

Carvalho, C. H. de, & Gonçalves Neto, W. (2012). Apresentação: impasses e desafios à organização da Instrução Pública nas Minas Republicanas. In C. H. de Carvalho, & W. Gonçalves Neto (Orgs.). *O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república*. (pp. 9-22). Campinas: Alínea.

Carvalho, C. H. de, & Gonçalves Neto, W. (Orgs.). (2012). *O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república*. Campinas: Alínea.

Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824. (1824). Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

- Cury, C. R. J., Horta, J. S. B., & Fávero, O. (1996). A relação educação-sociedade-estado pela mediação jurídico-constitucional. In O. Fávero (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. (pp. 18-23). Campinas, SP: Autores Associados.
- Dallabrida, N. (2001). *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república*. Florianópolis, SC: Cidade Futura.
- Decreto n. 1.194, de 28 de dezembro de 1892.* (1892). Aprova o Regulamento para o Gymnasio Nacional. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9311-25-outubro-1884-545070-publicacaooriginal-56989-pe.html>
- Decreto n. 1.216, de 4 de julho de 1864.* (1864). Estabelece que seja de quatro annos o prazo para validade dos exames preparatorios feitos nas Faculdades de Direito e de Medicina do Imperio, e perante o Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=72100&norma=93562>
- Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.* (1854). Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Municipio da Côrte. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>
- Decreto n. 1.387, de 28 de abril de 1854.* (1854). Dá novos Estatutos ás Escolas de Medicina. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>
- Decreto n. 1.60, de 10 de maio de 1855.* (1855). Manda executar as instrucções para os exames de que trata o Art. 112 do Regulamento da Instrucção primaria e secundaria, annexo ao Decreto n. 1331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1601-10-maio-1855-558534-publicacaooriginal-79874-pe.html>
- Decreto n. 2.857, de 30 de março de 1898.* (1898). Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional e ensino secundário nos Estados. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2857-30-marco-1898-506934-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto n. 3.914, de 23 de janeiro de 1901.* (1901). Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3914-23-janeiro-1901-503356-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto n. 332, de 20 de dezembro de 1843.* (1843). Regula a maneira de se conferir o grão, e de se passarem as Cartas de bacharel em letras aos alunos do Collegio de Pedro Segundo. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-332-20-dezembro-1843-560928-publicacaooriginal-84203-pe.html>
- Decreto n. 4.247, de 23 de janeiro de 1901.* (1901). Approva as instrucções para os exames geraes de preparatorios. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4247-23-novembro-1901-521953-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto n. 4.430, de 30 de outubro de 1869.* (1869). Manda observar as instrucções, pelas quaes se devem regular os exames de que trata o art. 112 do regulamento annexo ao Decreto n. 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4430-30-outubro-1869-553076-publicacaooriginal-70716-pe.html>
- Decreto n. 4.468, de 1 de fevereiro de 1870.* (1870). Altera os regulamentos relativos ao Imperial Collegio de Pedro II. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4468-1-fevereiro-1870-552830-publicacaooriginal-70377-pe.html>
- Decreto n. 5.429, de 2 de outubro de 1873.* (1873). Crêa Comissões de exames geraes de preparatorios nas Provincias onde não ha Faculdades. Recuperado em 14 de dezembro,

- 2017, de
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5429-2-outubro-1873-551632-publicacaooriginal-68179-pe.html>
- Decreto n. 668, de 14 de novembro de 1891.* (1891). Approva as instruções provisórias para os exames geraes de preparatório nos Estados. Recuperado de
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-668-14-novembro-1891-519782-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto n. 9.311, de 25 de outubro de 1884.* (1884).Dá novos estatutos às Faculdades de Medicina. Recuperado de
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9311-25-outubro-1884-545070-publicacaooriginal-56989-pe.html>
- Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890.* (1890). Approva o Regulamento da Instrucção Primaria e Secundaria do Distrito Federal. Recuperado de
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Faria Filho, L. M. de, & V., T. M. (2000). A Reforma João Pinheiro e a Modernidade pedagógica. In L. M. de Faria Filho, & A. M. C. Peixoto (Orgs.). *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação.* (pp. 32-47). Belo Horizonte: Secretaria da Educação.
- Ferreira, M. de M., & Pinto, S. C. S. (2006). A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In M. de M., Ferreira & S. C. S. Pinto (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930.* (Tomo I, pp. 387-416). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gondra, J. G., & Schueler, A. (2008). *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.* São Paulo: Cortez.
- Haidar, M. L. M. (2008). *O ensino secundário no Brasil Império.* 2. ed. São Paulo: EDUSP.
- Le Goff, J. *História e memória.* 3. ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.
- Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834.* (1834). Faz algumas alterações e adições à constituição política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Recuperado de
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>
- Machado, M. C. G. (2002). *Rui Barbosa: pensamento e ação.* Campinas:Autores Associados.
- Mattos, I. R. (2004). *O tempo de saquarema.* São Paulo: HUCITEC, 2004.
- Nagle, J. (2001). *Educação e Sociedade na Primeira República.* Rio de Janeiro: DP&A.
- Relatorio do anno de 1871.*(1872).Apresentado a Assembleia Geral na 4ª sessão da 14ª legislatura (Publicado em 1872). Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1698/000001.html>
- Recebido em: 26/10/2017
 Aceito em: 03/12/2017